

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana Filho, para uma breve comunicação.

O SR. LUIZ VIANA FILHO (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Era propósito meu e dos meus colegas de bancada, o Senador Lomanto Júnior e o Senador Jutahy Magalhães, requerermos um voto de pesar pelo falecimento, hoje, em Salvador, do Dr. Luiz Fernando Macedo Costa, até há pouco Reitor da Universidade Federal da Bahia.

Não nos sendo regimentalmente permitido requerer esse voto, desejamos, entretanto, deixar que o nosso pesar fique consignado nos Anais do Senado, através da minha palavra.

Realmente, Sr. Presidente, foi um desses acontecimentos que emocionam toda uma sociedade, o desastre que vitimou o Professor Macedo Costa, até há pouco tempo, reitor da Universidade Federal, onde se afirmou pela realização de uma extraordinária obra no magistério, na cultura e na inteligência. Criei mesmo que essa é uma nota bastante baiana, Sr. Presidente. Que hoje, na Bahia, talvez ninguém falasse melhor do que ele. Além das virtudes, da cultura e da inteligência do professor assinalava-se Macedo Costa como um extraordinário orador. Foi essa personalidade realmente admirável, que se dizia talhada para todos os postos, para todas as alturas, que o destino ceifou inopinadamente, num trágico acidente de automóvel.

Posso assegurar a V. Ex^a e ao Senado que a Bahia, hoje, está de luto pela morte de um grande cidadão, de uma grande figura, de uma grande personalidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Esta presença associa-se às homenagens prestadas ao Professor Macedo Costa, conforme V. Ex^a Senador Luiz Viana Pópós.

O Sr. 1^o Secretário vai proceder à leitura do requerimento de homenagens pelo falecimento da Sr^a Indira Ghandi.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 278, DE 1984

Requeremos, na forma regimental, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento da Sr^a Indira Ghandi, Primeira-Ministra da Índia:

- a) Inserção em ata de um voto de profundo pesar;
 - b) apresentação de condolências ao Estado Indiano.
- Sala das Sessões, 31 de outubro de 1984. — **Hélio Gueiros** — Vice-Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Esta Presidência associa-se às homenagens à Sr^a Indira Ghandi e fará cumprir as deliberações da Casa, na forma dos requerimentos apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 1984 (Em regime de urgência — art. 371, e, do Regimento Interno)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que revoga o Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977 (Lei das Sublegendas) tendo

PARECER ORAL, favorável, proferido em Plenário, da Comissão
— de Constituição e Justiça.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Será feita a verificação solicitada pelo nobre Senador Hélio Gueiros.

A Presidência vai suspender a sessão por 10 minutos, fazendo acionar as campanhas para a chamada dos Srs. Senadores a plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 5 minutos a sessão é reaberta às 16 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Está reaberta a sessão. Persistindo a falta de quorum, a Presidência se dispensa de proceder a verificação solicitada.

O Projeto de Lei do Senado nº 139/84, em regime de urgência, fica com a sua votação adiada por falta de quorum.

Em consequência, as demais matérias da Ordem do Dia, todas em fase de votação, constituídas do Projeto de Lei da Câmara nºs 10/81, 44/81, 53/77, 65/79, 14/84, 211/83 e 79/79; Projetos de Lei do Senado nºs 13/80 e 41/82, ficam com a sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PDS — SC. Pronúncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desde o momento em que assumi uma cadeira no Senado Federal, demonstrei minha preocupação no que diz respeito aos destinos democráticos do Brasil. Foi por isso que no ano de 1983, prevendo mais uma crise, ocorrência cíclica nas sucessões presidenciais brasileiras, procurei, através de pronunciamentos, de palestras, até mesmo de um substitutivo à emenda constitucional de autoria do Deputado Herbert Levy, apresentar ao Congresso Nacional uma opção que pudesse modificar o atual sistema de governo brasileiro e nos levar à democracia plena dentro do regime mais adequado, no meu entender, ao País — o Parlamentarismo.

Foi revendo a recente história brasileira, que cheguei à conclusão da necessidade imperiosa da modificação do sistema de governo brasileiro. Desde 1946 tivemos apenas um período presidencial, que não ocasionou graves instabilidades em nossa incipiente e frágil democracia presidencialista. Foi exatamente o primeiro, aquele que foi exercido pelo presidente Eurico Gaspar Dutra que, vencedor de um pleito presidencial direto, teve a sensibilidade de procurar também os vencidos; ele, que fora eleito pelo Partido Social Democrático, soube chamar ilustres componentes da União Democrática Nacional para formação de um governo de conciliação. Mas, a partir daí, o que tivemos foi uma seqüência de mandatos presidenciais cercados sempre de intranquilidade e adversidades. Seu sucessor, o Presidente Getúlio Vargas, eleito em pleito direto, não conseguiu ultrapassar 1954, chegando ao suicídio; substituído pelo Vice-Presidente João Café Filho, este se viu afastado por motivo de doença; foi substituído pelo Deputado Carlos Luz, que se viu afastado pelas tropas do Exército Nacional. Café

Filho não conseguiu retornar ao Governo, nem por via judicial. Aquele mesmo período foi completado pelo quarto Presidente, por sinal um grande catarinense, o Presidente Nereu Ramos.

Na seqüência tivemos o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, lembrado no nosso País e muito bem lembrado, pelo seu projeto desenvolvimentista — 50 anos em 5 anos (as hidrelétricas, as estradas asfaltadas, a indústria automobilística) — mas esquecido nas suas adversidades institucionais, vividas nas revoltas de Jacareacanga, de Aragarças, levando-o à posição extrema de impedir o seu maior adversário, o Deputado Carlos Lacerda, de poder usar as televisões e as rádios brasileiras.

Na sucessão do Presidente Juscelino Kubitschek, tivemos a ascensão extraordinária de Jânio Quadros. E aí, mais uma vez, se fez sentir a falta de capacidade do regime presidencial de resolver os problemas brasileiros. Inconformado com a minoria parlamentar no Congresso Nacional, o Presidente não resistiu ao confronto entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, renunciando inopinadamente. Ficamos, então, à beira da guerra civil. O Vice-Presidente da República eleito, João Goulart, foi, inicialmente, impedido de assumir, por decisão dos ministros militares. As tropas do III Exército saíram do Rio Grande do Sul e já atingiam Santa Catarina, enquanto as do II Exército, de São Paulo, preparavam-se para o conflito, quando o bom senso prevaleceu no Congresso Nacional, e se optou pela implantação, a toque de caixa, do regime parlamentarista que, se não pôde cumprir o seu destino, por ter sido contestado desde o primeiro momento pelo próprio Presidente João Goulart, teve a eficácia de nos tirar, naquela ocasião e naquele momento, da luta armada nas ruas. Não aceito por aquele que entendia terem sido os seus direitos subtraídos — o Presidente João Goulart — teve vida efêmera o sistema parlamentarista e voltamos ao sistema presidencial no Brasil. Naquele mesmo período governamental assistimos à Revolução de Março de 64, com o apoio da sociedade brasileira que queria alterações nos rumos administrativos e políticos do País. Ingressamos, então, num regime de exceção. Vamos verificar que, mesmo no período de exceção, mesmo com eleição indireta, todas as sucessões presidenciais foram focos de crises neste País.

O Presidente Castello Branco, primeiro presidente revolucionário, não fez o seu sucessor. O seu Ministro do Exército, General Costa e Silva, declarou-se candidato e fez-se Presidente da República, à revolta de Castello Branco, que era, sem dúvida alguma, um grande chefe militar.

.. Afastado por questões de saúde e substituído por uma Junta Militar, o processo seletivo do novo Presidente deu-se no próprio seio do Exército, tendo recaído a escolha no nome do General Médici. O General Médici também não fez o seu sucessor, acolhendo a indicação do General Ernesto Geisel, irmão de seu Ministro do Exército. E, finalmente, o Presidente Ernesto Geisel fez o seu sucessor, mas para isso, estão todos lembrados, demitiu o seu Ministro do Exército, General Silvío Frota, e o chefe da Casa Militar — General Hugo Abreu. Portanto era de se prever que mais uma vez caminharíamos para a crise, porque o sistema presidencial é inadequado ao Brasil.

Durante esse mesmo recente período assistimos, na Europa Ocidental, a duas passagens de regimes totalitários para o sistema democrático pleno, na Espanha e em Portugal, através da introdução do governo parlamentar. Por que? Porque, na realidade, é preciso que se deem instrumentos para que sejam modificados os governos, quando a sociedade não está de acordo com as suas ações. E o sistema parlamentar permite exatamente isso, distinguindo a figura do Chefe de Estado, o Presi-